



## EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA INTEGRADO À CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS: UMA REVISÃO<sup>1</sup>

  10.56238/costssbernovasper-002

**Hugo Rodrigues da Silva**

Lattes: 9421959144934721

Discente do Bacharelado em Engenharia Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Porto Velho Calama  
E-mail: hugo.rodrigues@estudante.ifro.edu.br

**Ricardo Valim**

Lattes: 3074004049762932

ORCID: 0000-0002-7790-6148

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)  
Professor de Filosofia do IFRO Câmpus Porto Velho Calama, Porto Velho, Rondônia, Brasil  
E-mail: ricardo.vallim@ifro.edu.br

### RESUMO

A Amazônia representa uma das maiores fontes de recursos naturais do mundo, sendo considerada um dos três patrimônios naturais mais importantes do globo. Além de sua riqueza em recursos naturais, a Amazônia também abriga diversos povos indígenas e comunidades tradicionais, que ao longo do tempo aprenderam a conviver com em diversos tipos de ambiente, acumulando vasto conhecimento sobre plantas e sobre o ambiente. Dentre estes temos as comunidades extrativistas, que são comunidades que se mantêm principalmente por meio do extrativismo que corresponde basicamente a uma maneira de produzir bens na qual os recursos são retirados de sua área de ocorrência natural, são exemplos de atividades extrativistas a coleta de produtos, a caça e a pesca. Tais povos residem nas chamadas reservas extrativistas que por definição é uma área de floresta protegida por lei, cedida a populações tradicionais, que se mantêm principalmente por meio da coleta de frutos da mata, borracha, óleos, sementes e derivados. As reservas extrativistas além de garantir o uso sustentável dos recursos naturais, também são de suma importância para proteger os meios de vida e as culturas das populações tradicionais gerando desenvolvimento social e inclusão econômica das populações que vivem dentro ou no entorno dessas áreas. Com isso, o presente trabalho tem o intuito de fazer uma revisão na literatura com o intuito de apontar a importância das comunidades extrativistas para a manutenção da biodiversidade e como integrá-las em processos de produção sustentáveis pode ajudar na realização dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis.

### 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia representa uma das maiores fontes de recursos naturais do mundo, sendo considerada um dos três patrimônios naturais mais importantes do mundo. A região amazônica, apesar de sua importância e tamanho, ainda é pouco conhecida e está seriamente ameaçada por atividades predatórias e pelos diversos ciclos exploratórios que ocorreram durante a história do Brasil na região, onde os mesmos sequer contribuíram significativamente para a criação de uma sociedade mais justa, economicamente dinâmica ou ambientalmente sustentável (ENRIQUEZ, 2008, p. 21).

<sup>1</sup> Texto originalmente comunicado e publicado nos ANAIS do II Congresso Latino-Americano de Desenvolvimento Sustentável de 25 a 28 de Julho de 2023.

No período colonial a região amazônica era responsável por abastecer o mercado europeu com especiarias e produtos de origem animal, tendo seu início na primeira metade do século XVII, o chamado “ciclo das drogas do sertão” perdurou até o começo do século XVIII. Após o fim do ciclo das drogas do sertão iniciou-se o ciclo do extrativismo e do plantio semi-domesticado do cacau ativo, tal ciclo foi a primeira atividade de grande importância econômica realizada na região, se mantendo até a época da Independência do Brasil, quando foi superado pelos plantios da Bahia. O período mais emblemático do período de economia extrativista corresponde ao ciclo da borracha, onde até 1910 a Região amazônica foi a responsável pela maior parte do fornecimento de borracha utilizadas em automóveis e em outros tipos de máquinas, tal fato transformou as indústrias norte-americanas e europeias. Porém, devido a produção de borracha na Ásia, o ciclo da borracha no Brasil entrou em colapso (VALÉRIO, 2018, p. 130).

Atualmente, diversas outras atividades ambientalmente predatórias ocorrem na Amazônia, como a pecuária, a indústria madeireira e a propagação de soja que ampliou de forma extrema as fronteiras agrícolas. Embora essas atividades elevem a renda regional, as mesmas não promovem uma equidade social, gerando desmatamento e destruição da floresta, contribuindo para o agravamento de problemas como a pobreza e a exclusão (ENRIQUEZ, 2008, p. 21).

Além de sua riqueza em recursos naturais, a Amazônia também abriga diversos povos indígenas e comunidades tradicionais, que ao longo do tempo aprenderam a conviver em diversos tipos de ambiente, acumulando vasto conhecimento sobre plantas e sobre o ambiente em que vivem. Esses conhecimentos são transmitidos por via oral durante as gerações e são de grande importância para garantir a manutenção desses povos e comunidades (VASQUEZ, 2014, p. 458). Valorizar esses saberes é importante porque refletem uma perspectiva de mundo que não foi reconhecida pela cultura ocidental durante séculos. Estes povos guardam em suas tradições elementos como a relação direta com a natureza, coisa que se perdeu no pensamento ocidental com o advento da modernidade. Agora a humanidade se vê dissociada da natureza e até substituiu-se o termo “meio ambiente” por “recursos naturais” o que tira a sensibilidade e a força de um vínculo profundo entre ser humano e a natureza.

Segundo o Decreto Nº 6.040, De 7 De Fevereiro De 2007, os povos e comunidades tradicionais podem ser definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Este tipo de reconhecimento é importante porque lança as bases de uma mudança de cultura em nosso país. É preciso romper com uma colonialidade sempre presente e que inevitavelmente

continua rotulando de forma generalista os povos originários. Nesta perspectiva podemos então concordar com Ailton Krenak (2015, p. 239) quando afirma:

E o outro desconforto era me identificar como índio, porque índio é um erro de português, plagiando Oswald, que disse que, quando o português chegou no Brasil, estava uma baita chuva, aí ele vestiu o índio, mas, se estivesse num dia de sol, o índio teria vestido o português, e estaria todo mundo andando pelado por aí. Isso continua valendo até hoje, e eu atualizei dizendo que o índio é um equívoco do português, não um erro, porque o português saiu para ir para a Índia. Mas ele perdeu a pista e veio bater aqui nas terras tropicais de Pindorama, viu os transeuntes da praia e acabou carimbando de índios. *Aquele carimbo errado, equívoco, ficou valendo para o resto das nossas relações até hoje*, e a resposta para uma pergunta tão direta e simples poderia ser tão direta e simples quanto. Quando foi que eu atinei que eu tinha que fazer essas coisas que ando fazendo nos últimos 50 anos da minha vida, que é quase que repetir o mesmo mantra, dizendo para esse outro: ‘ô, cara, essa figura que você está vendo no espelho não sou eu não, é você, esse espelhinho que você está me vendendo não sou eu, isso é um equívoco!’? E saí do sentimento para a prática na pista dos meus parentes mais velhos do que eu, que estavam sendo despachados da zona rural para as periferias miseráveis do Brasil, o que acontece em qualquer canto, no Norte, no Sul, em qualquer lugar.

É fundamental respeitar as especificidades de cada povo, suas visões de mundo, seus pressupostos éticos e morais. Deste modo percebe-se que existe algo muito mais além do que somente uma preocupação com desenvolvimento sustentável.

Existe também uma demanda de sobrevivência de identidades desses povos originários que correm sério risco de serem diluídos dentro da cultura ocidental se o valor de suas tradições não for reconhecido. Se fala da extinção de elementos constituintes da fauna e da flora, mas esquece-se muitas vezes da extinção humana e cultural consequentemente.

Só para citar um breve exemplo, no ano de 2022 no Estado de Rondônia, Brasil, onde veio a falecer o último indígena de uma etnia desconhecida, com língua desconhecida, mas que foi chamado e reconhecido como “Índio do Buraco”. Sua existência se encerrou no palco da vida sem ao menos saber mais profundamente elementos cruciais para buscar assegurar a perpetuação de seus saberes.

Entre os povos tradicionais presentes na floresta amazônica temos as comunidades extrativistas, que são comunidades que se mantêm principalmente por meio do extrativismo (WWF, 2021) que corresponde basicamente a uma maneira de produzir bens na qual os recursos são retirados de sua área de ocorrência natural, são exemplos de atividades extrativistas a coleta de produtos, a caça e a pesca. O extrativismo junto a outras atividades de produção tradicionais que integram os habitantes locais, ainda que insuficientes contribuem para a manutenção da floresta de pé (DRUMMOND, 1996, p. 117; ENRIQUEZ, 2008, p. 21).

Tais povos residem nas chamadas reservas extrativistas que por definição é uma área de floresta protegida por lei, cedida a populações tradicionais, que se mantêm principalmente por meio da coleta de frutos da mata, borracha, óleos, sementes e derivados. Outras atividades realizadas nas reservas são a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte, sem a derrubada

de árvores. As reservas além de garantir o uso sustentável dos recursos naturais também são de suma importância para proteger os meios de vida e as culturas das populações tradicionais (WWF, 2021).

Portanto as reservas extrativistas surgem com a finalidade de gerar desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, objetivando também a inclusão social e econômica das populações que vivem dentro ou no entorno dessas áreas (COSTA & MURATA, 2015, p. 92).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Segundo a ONU (2015) os ODS's consistem em metas ambiciosas que possuem o intuito de:

Combater as desigualdades dentro dos países e entre eles; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para o crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, a prosperidade compartilhada e o trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e as capacidades nacionais.

Com isso, o presente trabalho tem o intuito de fazer uma revisão na literatura com o intuito de apontar a importância das comunidades extrativistas para a manutenção da biodiversidade e meios de integrá-las em processos de produção sustentáveis, bem como as mesmas contribuem para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis.

Demonstrar, através de uma revisão bibliográfica, a importância das comunidades tradicionais extrativistas para o Brasil e como a existência das mesmas contribuem para a manutenção da biodiversidade. Objetiva-se também analisar meios de integração dessas comunidades em cadeias produtivas sustentáveis e como as mesmas podem contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS's).

A metodologia utilizada visou estruturar a pesquisa de cunho bibliográfica, proporcionando uma escolha de forma criteriosa dos melhores e mais significativos artigos e livros sobre a temática. Para isso, foi realizado um passo a passo para levantamento da base bibliográfica, catalogação dos documentos levantados, seleção e priorização dos artigos e aplicação de método multicritério para priorização dos conceitos. Nesse sentido, a escolha da bibliografia foi feita dentro de um universo de estudo que consiga de fato representar o estado da arte, além de primar pela qualidade, abrangência e significância.

O Brasil possui 334 Unidades de Conservação federais, que são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), presentes em todos os Biomas Brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho) cuja área total somam 1.203.940.363,08 hectares e 14 Centros de Pesquisa e conservação. Encontra-se, somente na

região amazônica 128 unidades de conservação, sendo a região nacional com mais unidades de conservação (HADDAD et al., 2019)

Entre as unidades de conservação estão as reservas extrativistas que surgem com a finalidade de gerar desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, objetivando também a inclusão social e econômica das populações que vivem dentro ou no entorno dessas áreas (COSTA & MURATA, 2015, p. 92).

Porém, o extrativismo não se conceitua como uma atividade de impacto zero, no estudo “Parcerias institucionais e evolução do extrativismo de jaborandi na Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil” Gumier-Costa et al.(2016, p. 92) trazem discussões bastantes pertinentes sobre os danos que o extrativismo pode causar, os mesmos apontam que:

[...] impactos podem variar de acordo com a parte da planta coletada, época do ano, regime de manejo e quantidade explorada, por exemplo, sendo cruciais manejo e monitoramento. Entre os efeitos ecológicos dessas atividades podem ocorrer alterações na composição genética de populações nativas, após coleta seletiva repetitiva dos indivíduos maiores e mais produtivos, comprometendo a viabilidade das espécies no longo prazo. Em outro extremo, a coleta de PFNMs pode causar degradação do ecossistema, por remoção de nutrientes a partir de partes da planta ou erosão do solo resultante da remoção de plantas que lhe dão estabilidade. Outros possíveis efeitos negativos seriam a redução progressiva do tamanho dos indivíduos, redução da distribuição, alterações na cadeia alimentar, aumento ou redução na disponibilidade de determinados nutrientes.

Segundo Haddad et al.(2019) as condições precárias de vida dos habitantes desses territórios condicionam atividades produtivas que causam degradação ambiental e mesmo a política ambiental das reservas sendo única para todo o Brasil, as realidades sociais, econômicas, ambientais e culturais são heterogêneas. Portanto, a busca pelo desenvolvimento socioambiental e sustentável das reservas extrativistas não pode dissociar a relação entre a saúde, o ambiente e o desenvolvimento das populações que vivem nestas comunidades, cujas dificuldades são extremamente grandes e as políticas públicas voltadas para o homem da floresta são muitas vezes insuficientes devido à complexidade da região. Ainda em Gumier-Costa et al.(2016, p. 93) temos que:

Por outro lado, comunidades ou usuários de recursos comuns têm a capacidade de se auto-organizarem e construir um conjunto de regras, sanções e sistemas de monitoramento eficazes na mediação de conflitos, manejo sustentável dos recursos e compartilhamento de benefícios.

Isso se dá, pois as comunidades que dependem do extrativismo são as mais interessadas na manutenção da floresta, pois, os habitantes dessas comunidades possuem a consciência de que dependem dela para a sobrevivência. Por isso os processos construídos pelas próprias comunidades geralmente apresentam melhores resultados e são mais duradouros do que os sistemas de controle impostos pelo governo (GUMIER-COSTA et al., 2016, p. 93). Por isso as políticas de manutenção

das reservas são mais eficientes quando sustentadas em relações democráticas, pois auxiliam gestores a realizar mudanças dentro de cenários demográficos e econômicos, para melhor utilização dos recursos disponíveis (NEWTON et al., 2011, p. 100).

Com isso, o extrativismo e o manejo de produtos florestais não madeireiros na Amazônia são apontados por diversos autores como as principais formas de garantir subsistência, fonte de renda para as comunidades locais, reduzindo as condições de pobreza e promovendo a conservação ambiental dada a grande diversidade de recursos da floresta tropical, contrapondo-se a práticas que destroem a natureza e alteram radicalmente a paisagem, como a extração madeireira, a mineração, e a pecuária extensiva. O extrativismo também permite a manutenção de serviços ambientais ainda pouco reconhecidos e dimensionados pelo mercado e não incorporados em políticas públicas (GUMIER-COSTA et al., 2016, p. 92).

Como exemplo temos a comunidade do seringal porvir, localizada na Reserva extrativista Chico Mendes, onde através do projeto “Castanhal - uso sustentável da sociobiodiversidade” obtiveram resultados muito satisfatórios para a comunidade. Coordenado pela Embrapa em parceria com a própria comunidade, o projeto, em três anos ajudou 40 famílias com a entrega de armazéns e diversas ações com o intuito de promover melhorias na cadeia produtiva da castanha-do-brasil, agregar valor ao produto, abrir novos mercados e promover a economia de base extrativista aliada à conservação da floresta (EMBRAPA, 2021).

Como dito anteriormente as condições demográficas e econômicas da comunidade influenciam diretamente nas políticas de manutenção e desenvolvimento das mesmas, essas foram justamente as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do projeto da comunidade do seringal porvir:

A execução do projeto Castanhal impôs desafios para os extrativistas e para a equipe técnica envolvida, em função de dificuldades para acesso à comunidade e questões burocráticas relacionadas à gestão administrativa e financeira. A renovação dos integrantes da Associação Wilson Pinheiro durante a vigência do projeto interrompeu o cronograma de execução, devido à necessidade de registros legais de praxe junto a cartórios, Receita Federal e sistema da Fundação Banco do Brasil, para habilitar a nova diretoria para a gestão do projeto (EMBRAPA, 2021).

O manejo sustentável de castanhais nativos gera trabalho e renda para milhares de famílias extrativistas e ajuda a impedir o avanço do desmatamento na região. Devido a importância econômica, social e ambiental da coleta dessa fruta e do potencial de uso industrial das amêndoas, a castanha-do-brasil é um dos produtos florestais não madeireiros mais importantes para a bioeconomia da Amazônia.



O Projeto Bem Diverso, disponibilizou pessoal técnico para acompanhar todas as etapas de execução do projeto na comunidade do seringal porvir, além de viabilizar outras atividades para o alcance dos resultados. O projeto Bem Diverso é resultado de parceria entre a Embrapa, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente, o projeto investe em ações para a conservação da biodiversidade e manejo sustentável dos recursos naturais em paisagens florestais (EMBRAPA, 2021).

Segundo informações disponíveis no site do Projeto Bem Diversos([S. d]), a iniciativa já conduziu estudos para análise de cadeias produtivas de 16 produtos naturais. E de modo geral, obtiveram que o processo de extrativismo geralmente precisa de aprimoramento nas técnicas de coleta bem como no beneficiamento e processamento dos frutos e sementes, tais melhoras afetariam de modo positivo a qualidade do produto final bem como auxiliaria a auto-regeneração da espécie-alvo, isso agrega valor econômico e ambiental ao produto produzido e tais características representam um passo fundamental para a inserção do produto no mercado.

Os estudos também demonstram os problemas causados pelas atividades conduzidas de forma informal. Tal condição dificulta o acesso aos mercados e as políticas públicas necessárias para a dinamização das atividades extrativistas. Na linha de informalidade somam-se ainda, a falta de registros de produção e de comercialização de produtos da sociobiodiversidade, que impedem a retroalimentação dos sistemas de comando e de controle governamental que são necessários para o aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas para esse setor.

Como modo de superar tais dificuldades o Projeto Bem Viver coordena ações que vão desde facilitar a comunicação intercomunitária a respeito de preços, ofertas e demandas até desenvolver as capacidades locais na gestão de seus empreendimentos, abrir e fidelizar parcerias com pontos físicos e virtuais de comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

Além de políticas públicas e projetos que visam a melhora de vida nas comunidades extrativistas, destaca-se também a parceria entre empresas privadas com as comunidades. Como exemplo pode-se citar a Natura, que nos últimos anos firmou parcerias com comunidades extrativistas com intuito de obter insumos para a produção de seus produtos.

Fundada em 1969, a Natura é uma empresa multinacional brasileira de cosméticos, produtos de higiene e beleza e é Líder no setor da venda direta no Brasil. Através de suas práticas sustentáveis e objetivando produzir impacto social e econômicos positivos, em 2014 a Natura se tornou a maior empresa com certificação B Corp do mundo (NATURA, [S. d] c).

A empresa realiza estudos para potencializar a produção e para que a extração dos ativos usados nos produtos sejam feitas de forma sustentável e sem destruir os ambientes nem as relações ecológicas em que estão inseridas. A Natura fomenta as comunidades extrativistas parceiras a

adotarem práticas sustentáveis de produção, tratamento e comercialização, bem como repartem os lucros com as comunidades fornecedoras de ativos nativos que são usados na produção dos produtos (NATURA, S. d] a). Quanto ao desenvolvimento local das regiões onde as comunidades parceiras encontram-se, a empresa traz que:

Para além dos esforços e do apoio à estruturação das cadeias de produção dos ativos com os quais trabalhamos, da promoção dos patrimónios culturais associados aos nossos produtos e da preservação da natureza quando extraímos e tratamos matérias-primas da biodiversidade, contribuimos para a sustentabilidade das comunidades locais com as quais trabalhamos, e os nossos esforços centram-se em assuntos tais como a organização social e institucional, a formação e a renovação das responsabilidades, a inclusão dos jovens nos processos sociais locais, o estabelecimento de parcerias intersetoriais, a melhoria das infraestruturas e das capacidades humanas específicas relacionadas com o desenvolvimento social e com a cultura, entre outros (NATURA, S. d] a)

Além de firmar parcerias com comunidades extrativistas, a Natura fomenta diversas práticas ambientalmente positivas como a preservação da natureza, a proteção do clima e a redução de resíduos. A empresa ainda atua para um comércio mais justo, com práticas que permitem garantir a subsistência para as comunidades tradicionais parceiras ao mesmo tempo que conserva suas tradições e estilo de vida (NATURA, [S.d] b).

A empresa possui um importante papel no incentivo para a integração dessas comunidades em cadeias produtivas, demonstrando, através dos seus ganhos que a parceria entre comunidades extrativista e empresas privadas podem gerar frutos para ambos os lados de uma forma sustentável.

## 2 CONCLUSÃO

Conclui-se, que sozinhas as comunidades extrativistas possuem necessidades que não as permitem realizar um manejo sustentável e nem a manutenção da floresta, porém quando auxiliadas por políticas públicas e/ou projetos que visem melhorar a qualidade de vida dos habitantes dessas comunidades bem como as cadeias produtivas em suas diversas etapas, percebe-se que tais comunidades podem desempenhar um importante papel para a sustentabilidade e para a conservação ambiental, contrapondo-se a práticas que destroem a natureza e alteram radicalmente a paisagem, como a extração madeireira, a mineração, e a pecuária extensiva.

Tais iniciativas devem ser elaboradas de forma democrática, ou seja, incluindo os moradores no processo de planejamento das mesmas, possibilitando a elaboração de práticas mais sustentáveis e duradouras, possibilitando melhoras nas condições de vida dos integrantes dessas comunidades, garantindo sua subsistência e oferecendo fonte de renda para as famílias que constituem essas comunidades.



As empresas privadas também podem desempenhar grande papel ao incluir as comunidades extrativistas em seus processos, bem como fomentar a prática de hábitos sustentáveis, não visando apenas o lucro. Como exemplo disso temos a Natura, que em sua cadeia produtiva inclui de forma respeitosa as comunidades extrativistas para a obtenção de insumos para a produção de cosméticos. Percebe-se que os valores a favor da sustentabilidade acompanham a empresa desde seu início, estimulando práticas que tornam o comércio mais justo e estabelecendo relações de qualidade com as comunidades demonstrando que ao integrá-las a cadeias produtivas pode-se obter benefícios para a empresa, para a comunidade e para o meio ambiente.

Com isso posto, percebe-se que a integração de comunidades extrativistas à cadeias produtivas pode gerar benefícios para a sociedade como um todo, corroborando para a realização dos objetivos de desenvolvimentos sustentáveis. Fornecer meios para a subsistência das comunidades extrativistas bem como estimular práticas que respeitem e possibilitem a inserção das mesmas no mercado, são meios de reduzir a desigualdade e erradicar a pobreza, pois a melhoria da qualidade de vida significa incluir pessoas que estão à margem da sociedade. Por isso, a integração das comunidades em cadeias produtivas colaboram a atingirmos os ODS's 01, 08 e 10, já o manejo sustentável da floresta, a manutenção das relações ecológicas e a promoção do uso racional de produtos naturais que são cultivados pelas comunidades extrativistas são meios de alcançar os ODS's 11, 12 e 15.

Não podemos esquecer que pela força do extrativismo outro fenômeno também acontece. Além de garantir a sobrevivência das florestas também fica assegurada a manutenção e sobrevivência das culturas e tradições originárias. Neste sentido nota-se que não se trata apenas de um comércio, mas sim remete a um sentido mais profundo em que o ser humano por seus esforços em comunidade pode assegurar a legitimidade de seus saberes. Deste modo fica resguardado o sentido último da existência de um povo.

É fato também que neste contexto de preservação da fauna e da flora por meio de atividades sustentáveis gera-se a oportunidade para a perpetuação de epistemologias e suas respectivas singularidades. Já que existe uma diversidade de cosmovisões as mesmas carecem de ter suas peculiaridades respeitadas para que seja assegurada a oportunidade de que as novas gerações possam se beneficiar de seus conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Decreto Nº 6.040, De 7 De Fevereiro De 2007. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm) Acesso em: 05 de maio de 2023.
- CADEIAS PRODUTIVAS. Bem diverso, [S. d]. Disponível em: <https://bemdiverso.org.br/o-que-fazemos/cadeias-produtivas/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.
- COSTA, A. C. G.; MURATA, A. T. A problemática socioambiental nas Unidades de Conservação: conflitos e discursos pelo uso e acesso aos recursos naturais. *Sustentabilidade em Debate*, v. 6, n. 1, p. 86-100, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/281122935\\_A\\_Problematica\\_Socioambiental\\_na\\_Unidades\\_de\\_Conservacao\\_conflitos\\_e\\_discursos\\_pelo\\_uso\\_e\\_acesso\\_aos\\_recursos\\_naturais](https://www.researchgate.net/publication/281122935_A_Problematica_Socioambiental_na_Unidades_de_Conservacao_conflitos_e_discursos_pelo_uso_e_acesso_aos_recursos_naturais). Acesso em: 05 de maio de 2023.
- DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 115-137, jul. 1996. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/240625438\\_A\\_extracao\\_sustentavel\\_de\\_produtos\\_florestais\\_na\\_Amazonia\\_brasileira\\_vantagens\\_obstaculos\\_e\\_perspectivas](https://www.researchgate.net/publication/240625438_A_extracao_sustentavel_de_produtos_florestais_na_Amazonia_brasileira_vantagens_obstaculos_e_perspectivas). Acesso em: 03 de maio de 2023.
- EMBRAPA. Extrativistas comemoram resultados do Projeto Castanhal. Portal Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/63116520/extrativistas-comemoram-resultados-do-projeto-castanhal>. Acesso em: 06 de maio de 2023.
- ENRÍQUEZ, G. E. V. Desafios Da Sustentabilidade Da Amazônia: Biodiversidades, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33536828.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2023.
- HADDAD et al. Análise social, econômica e histórica das reservas extrativistas da Amazônia: lutas e trajetórias. *Redalyc*, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12262983004/html/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.
- JORNALISMO TV CULTURA. Morre em Rondônia o Indígena Conhecido como "Índio do Buraco". Youtube, 27 de ago de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SNcJFw8eUjw>. Acesso em: 25 out 2022.
- KRENAK, Ailton. Encontros. Sergio Cohn (org.). Rio de Janeiro: Azougue, 2015.
- NATURA. A Etnocomestica. *Natura*, [S. d] a. Disponível em: <https://www.naturabrasil.fr/pt-pt/os-nossos-valores/as-nossas-parcerias-com-as-comunidades>. Acesso em: 06 de maio de 2023.
- NATURA. Nossos Compromissos. *Natura*, [S. d] b. Disponível em: <https://www.naturabrasil.fr/pt-pt/os-nossos-valores/sustentabilidade>. Acesso em: 06 de maio de 2023.
- NATURA. Pioneiro Dos Cosméticos No Brasil. *Natura*, [S. d] c. Disponível em: <https://www.naturabrasil.fr/pt-pt/acerca-da-natura-brasil/pioneiro-dos-cosmeticos-no-brasil>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

NEWTON, P.; ENDO, W.; PERES, C. A. Determinants of Livelihood Strategy Variation in Two Extractive Reserves in Amazonian Flooded and Unflooded Forests. *Environmental Conservation*, Cambridge, v. 39, n. 2, p. 97- 110, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/environmental-conservation/article/determinants-of-livelihood-strategy-variation-in-two-extractive-reserves-in-amazonian-flooded-and-unflooded-forests/E9152EA3E6ACFD922D23050D4434F157>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

UNITED NATIONS(ONU). 70-1. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development Preamble. 2015.

GUMIER-COSTA, F. et al. Parcerias institucionais e evolução do extrativismo de jaborandi na Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, v. 7, n. 3, p. 91–111, 2016. Disponível: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/152674/1/Gumier.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

VALÉRIO, C.; GOMES, A. Ciclos Econômicos Do Extrativismo Na Amazônia Na Visão Dos Viajantes Naturalistas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum*, n. 1, p. 129–146, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xf4Jt77zfhJf86QSvGTdSZK/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

VÁSQUEZ, S. P. F. et al. Etnobotânica De Plantas Medicinais Em Comunidades Ribeirinhas Do Município De Manacapuru, Amazonas, Brasil. v. 44, n. 4, p. 457–472, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/VygsxBjLYBDf8NcWBHGYF8Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

WWF. Reservas Extrativistas: o que são e qual é a importância da principal herança de Chico Mendes. WWF, 2021. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?81168/Reservas-extrativistas-o-que-sao-e-qual-e-a-importancia-da-principal-heranca-de-Chico-Mendes>. Acesso em: 04 de maio de 2023.